



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, para dispor sobre a extinção do contrato de trabalho doméstico em virtude de morte do empregador.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. O empregador doméstico depositará a importância de 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada empregado, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda do emprego, sem justa causa, por culpa ou por morte do empregador, não se aplicando ao empregado doméstico o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

....." (NR)

"Art. 23.

.....

§ 6º É devido aviso prévio indenizado em caso de morte do empregador." (NR)

"Art. 26.

.....

§ 3º O empregado que tiver seu contrato extinto em virtude de morte do empregador fará jus ao benefício do seguro-desemprego nos termos do *caput* deste artigo." (NR)

"Art. 27-A. O contrato de trabalho doméstico será extinto em caso de morte do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

empregador, exceto na hipótese de continuidade da prestação de serviços na unidade familiar, que caracteriza a sucessão de empregadores.

Parágrafo único. O novo empregador deverá providenciar a alteração na Carteira de Trabalho e Previdência Social e na inscrição prevista no art. 32 desta Lei Complementar."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente

